

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.756.588 - SP (2018/0188501-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : GERALDO SILVERIO DE MATOS
EMBARGANTE : MARIA SILVIA FARIA DE MATOS
ADVOGADOS : LUCIANO RODRIGO MASSON - SP236862
ALVARO HENRIQUE EL-TAKACH DE SOUZA SANCHES E
OUTRO(S) - SP291391
EMBARGADO : SÃO LUCAS SAÚDE S/A
ADVOGADOS : JOSEMAR ESTIGARIBIA - SP096217
MELISSA SILVA BETTIOL E OUTRO(S) - SP181266

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interpostos por GERALDO SILVERIO DE MATOS e OUTRA, contra a decisão de fls. 244/247 (e-STJ), de lavra deste Relator, que, reconsiderando deliberação anterior, deu provimento ao recurso especial para julgar improcedentes os pedidos contidos na inicial.

Sustenta a embargante, em síntese, omissão acerca da afetação do Tema 1034 à sistemática dos recursos repetitivos.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decide-se.

1. Discute-se no apelo nobre às fls. 181/193 (e-STJ), entre outros temas, a ocorrência de violação ao art. 31 da Lei nº 9.656/98. A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos, cadastrado como **Tema 1034**, assim delimitada a controvérsia: "*definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998*".

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1037, inciso II, do CPC/2015.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, **por isso se trata de provimento irrecorrível**.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA

Superior Tribunal de Justiça

HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, **PRIMEIRA SEÇÃO**, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA**, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

2. Ante o exposto, **acolhem-se os embargos de declaração**, tornando sem efeitos as decisões proferidas no âmbito desta Corte, e, por conseguinte, **determina-se a restituição dos autos à origem**, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo da matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos (**Tema 1034**) e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inc. II, e 1.041, ambos do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator